

# Arbitrariedades do patriarcado: o apagamento da mulher pelo genérico masculino

## RESUMO

Ana Luiza Cordeiro  
Email:  
ana.luiza.cordeiro@gmail.com  
Universidade Tecnológica Federal  
do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

Nanci Stancki da Luz  
Email: nancist@terra.com.br  
Universidade Tecnológica Federal  
do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

Considerar as bases patriarcais que sustentam a sociedade exige olhar para os usos da língua e pensá-la não como um fato dado, neutro e arbitrário. Assim, este artigo propõe um debate sobre o sexismo gramatical, sobretudo em relação ao uso do masculino genérico no português brasileiro. Nesse sentido, são coletados enunciados de vagas de emprego em áreas de Pedagogia e Tecnologia da Informação, buscando identificar quais efeitos de sentido resultam das organizações e escolhas gramaticais presentes, recorrendo à Análise de Discurso com base em Norman Fairclough (2003; 2019). Embora haja linhas linguísticas que defendam uma neutralidade do genérico masculino, como apenas uma escolha arbitrária e que nada tem a ver com os gêneros humanos, essa escolha não se desvincula do histórico social que violenta, apaga e oprime as mulheres. O não uso de uma linguagem inclusiva reforça violências e desconsidera que a Língua Portuguesa oferece recursos para evitar o sexismo gramatical.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patriarcado. Análise do discurso. Sexismo gramatical. Masculino genérico.

## INTRODUÇÃO

A linguagem é uma ferramenta interdependente da sociedade, ou seja, tanto é modificada pelos usos sociais quanto constrói a realidade, sendo a língua também uma expressão de poder, que carrega marcas estruturais da sociedade, servindo para expressar a cultura, a história e consolida a memória social.

Assim, este artigo analisa as construções linguísticas adotadas em uma amostra de anúncios de emprego das áreas de Tecnologia da Informação e Pedagogia, buscando identificar os efeitos de sentido produzidos com o emprego ou não do masculino genérico. Como hipótese, aponta-se que mesmo havendo um conhecimento padrão de que o marcador masculino é abrangente e designa o gênero humano, o seu uso não se desprende das bases patriarcais internalizadas socialmente, reproduzindo opressões e apagamentos históricos das mulheres.

A partir do século XX, são identificados, sobretudo no meio acadêmico e na esfera dos estudos sociais, a relevância da linguagem e seus atravessamentos nos estudos sobre mulheres, relações sociais e estruturas de poder. Isso pode ser justificado por bases teóricas que a colocam como uma ferramenta fundante da sociedade, construindo realidade e visões de mundo, exercendo poder e compondo identidades (FAIRCLOUGH 2003; 2019).

Sendo o patriarcado uma “manifestação e institucionalização da dominação masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão dessa dominação sobre as mulheres na sociedade como um todo” (LERNER, 2020, p. 239), assume-se que ele atravessa todas as instâncias e relações sociais e interpessoais, sustentando historicamente o trajeto social. Não obstante, este reflete nas marcas da língua e da linguagem, portanto, é indissociável a manifestação machista, opressora e centrada no sujeito homem, pois, “em um mundo onde a linguagem e o nomear as coisas são poder, o silêncio é opressão e violência” (RICH, 1983, p. 241). Dessa forma, os estudos e olhares feministas, engajados em desestabilizar essa estrutura opressora, também se concentram em analisar como a língua e a linguagem têm relação com as lutas e demandas das mulheres<sup>1</sup>.

Isso posto, lançar olhares e reflexões em relação à linguagem, adotando-a como possibilidade de mudança social quanto à vivência das mulheres, é uma forma aliada de atuar na reparação e recuperação histórica da existência das mulheres, que são apagadas e silenciadas socialmente, bem como inscrevê-las nos lugares que atualmente ocupam sem visibilidade, realidades essas moldadas pela expressão da voz patriarcal.

Entre os temas que suscitam debates e dividem opiniões de linguistas e falantes é o masculino genérico, adotado pela gramática normativa do português brasileiro e em diversas outras línguas (MÄDER, 2015), que, em linhas gerais, defende que a marcação masculina opera como uma construção neutra, referindo-se ao gênero humano bem como a objetos com desinência masculina e feminina.

Na ancoragem teórica, recorre-se sobretudo a Maria Calero (1999) e Guilherme Mäder (2015), que defendem o emprego do feminino como ferramenta de marcação e resistência da mulher na história social, e a Norman Fairclough (2003, 2019) sobre a relação do discurso com as interações, estruturas e bases sociais. Assim, metodologicamente, faz-se uma abordagem bibliográfica descritiva, apontando aspectos da língua portuguesa e da linguagem, explicitando as defesas da gramática normativa e de autoras e autores que se posicionam contrários ao

generalizante masculino. O arcabouço teórico servirá de base para a análise posterior, que visa identificar quais os efeitos de sentido produzidos nos anúncios de vagas de emprego em TI e Pedagogia publicados na internet no ano de 2021.

## CAMINHO METODOLÓGICO

O presente artigo se inicia com uma pesquisa bibliográfica, de cunho descritivo e reflexivo sobre discursos vinculados ao mercado de trabalho e à prática do sexismo gramatical (CALERO, 1999). Apresentam-se aspectos da língua e linguagem, assumindo-as como ferramenta fundante das dinâmicas e moldes sociais, em seguida, eles são relacionados ao campo do trabalho.

Em seguida, visa-se analisar anúncios de vagas de emprego das áreas de Tecnologia da Informação e Pedagogia, coletadas em sites de emprego, buscando os efeitos de sentido produzidos pelas escolhas relacionadas ao uso da marcação de gênero ou masculino genérico, compondo uma metodologia “funcional, isto é, [que] vê e analisa a língua, levando em consideração que ela (mesmo em sua gramática) é modelada pelas funções sociais a que tem serventia” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 313).

Para tanto, ancora-se no aporte teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD), que propõe tomar a prática discursiva a partir de uma dinâmica que considera os usos e a produção de sentidos expressos pelas escolhas lexicais, já que os discursos “não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as “constituem”; diferentes discursos constituem entidades-chave [...] de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

Para a coleta dos anúncios de emprego, optou-se por um corpus demonstrativo, composto de três anúncios de cada área, TI e Pedagogia, publicados em sites abertos, no ano de 2021, obtidos por meio de uma busca aberta no Google com os termos “vagas de Tecnologia da Informação” e “vagas Pedagogia”.

## O MASCULINO GENÉRICO E AS BASES GRAMATICAIS

A linguagem, na ótica da prática discursiva, tem papel central no meio social, atuando nas relações de poder, mantendo-as ou remodelando-as. Nesse sentido, Norman Fairclough (2001) aponta que os discursos, ao serem manifestados, exercem influências nas dinâmicas e interrelações sociais, afetando-as e operando como uma dimensão da prática social. Junto ao discurso, a língua com sua amplitude estrutural – sintática, semântica e pragmática – também é elemento de reflexão, já que opera como ferramenta da produção discursiva.

Situando esses aspectos em um contexto de debates e movimentos no campo feminista, que se expandiram significativamente nos últimos tempos, observa-se um foco nos usos e manutenções de determinadas estruturas linguísticas, entre elas, o do chamado genérico masculino. Em linhas gerais, ele se refere ao uso do gênero gramatical masculino para designar todo o conjunto de sujeitos gramaticais, tanto masculinos quanto femininos, que podem ser humanos ou inanimados. Além disso, aponta-se para o emprego do termo “homem” como

equivalente a “ser humano” ou “humanidade”, evocando uma direta acepção patriarcal, que assume como imagem mental o sujeito do sexo/gênero masculino como referente (CALERO, 1999).

O conceito de gênero neutro ou não marcado tem bases no estruturalismo e é amplamente difundido e defendido por gramáticas normativas. Em linhas gerais, pode-se apontar que seus usos costumam ocorrer em situações como:

- pronomes indicativos no masculino para designar grupos de pessoas, mesmo quando há mulheres entre elas: o desemprego voltou a assolar os trabalhadores brasileiros;
- concordância de gênero de predicados quando há sujeitos coordenados com pelo menos um masculino e um feminino: esta mulher e este homem são afetados pelo contexto político;
- concordância de predicados com pronomes que não distinguem entre o masculino e o feminino: quem é o culpado pela atual situação? e
- o emprego do termo "homem" para o referente de ser humano: todos os homens são iguais perante a Lei.

Essa tradição linguística é adotada por algumas autoras e autores, como Jorge Borges (2013), o qual defende que, em português, a desinência feminina /a/ seria a marcação, enquanto o não marcado seria o masculino /o/, sendo essas apenas escolhas terminológicas advindas de outras épocas e lugares e perpetuadas no atual uso da língua. O autor aponta uma arbitrariedade nessa construção, o que é corroborado por outros estudos, como os de Sírio Possenti (2009, 2011). Este, por sua vez, comenta ainda que há um grande interesse acadêmico e social sobre questões sociais e políticas das mulheres em tantas esferas que se “chega ao ponto de confundir gênero e gênero gramatical, como ocorre nas saudações dirigidas a “todos e a todas” (POSSENTI, 2007, p. 5).

No entanto, ainda que haja uma tradição gramatical, sustentada e atualizada pelo argumento da neutralidade e arbitrariedade da normatização linguística, reafirma-se o valor flexível da língua e sua possibilidade de ser alterada pela força do uso, afinal, não há língua sem uma comunidade falante.

Nesse sentido, algumas pesquisadoras e pesquisadores apontam fatores que justificam a dupla marcação de gênero no discurso, ainda que isso possa ser compreendido como redundante pela norma padrão – como “as alunas e alunos da escola”: mais do que uma opção semântica, é sobretudo uma posição ideológica. Sabendo que a ordem patriarcal é dominante e que a linguagem é feita e moldada para referir-se ao mundo diante de quem pode falar – ou seja, dos homens, o masculino genérico tem uma lógica machista, que cria terminologias e estruturas que visam manter o status de hierarquias, prosseguindo num sistema de silenciamentos, pois aquilo que não é dito, não é nominado ou referenciado, é então apagado (RICH, 1983; CALERO, 1999).

A marcação do feminino consiste numa colocação em uso da língua, de forma posicionada e consciente, que aponta uma não continuidade do ocultamento e apagamento das mulheres na história. Nesse sentido,

um sistema gramatical de uma língua levanta questões sociopolíticas muito sérias, já que a prática social dá

prioridade, em termos linguísticos, não simplesmente a uma subclasse de substantivos, mas também a um sexo. Nas sociedades patriarcais, o sexo masculino é o prioritário (CALDAS-COULTHARD 2007, p. 376).

Dado o valor social intrínseco da linguagem, não se pode assumir o generalizante masculino como uma simples organização linguística que visa à facilitação, ordenação e economia da língua, é preciso pesar os aspectos ideológicos que atravessam tais escolhas supostamente neutras. Então, persistir nas construções que utilizam “homem” como designador de ser humano ou “todos” para referir a um grupo majoritariamente composto de mulheres é reforçar moldes que insistem em apagar, silenciar ou minimizá-las, colocando-as ou mantendo-as em relações desiguais. Nesse sentido, considerando as diferentes línguas,

o termo designativo da espécie como um todo abarcou o sentido de “ser humano do sexo masculino” e não o de “ser humano do sexo feminino”, o que podemos considerar um indício do apagamento das mulheres no uso da língua. Em um mundo onde as mulheres tinham uma posição ainda mais marginal do que nos dias de hoje, é possível que, muitas vezes, quando se falava do ser humano, na prática se falasse de seres humanos do sexo masculino exclusivamente, sendo estes os únicos que tinham voz, direitos e ação na sociedade (MÄDER, 2015, p. 94-95).

Cabe ainda apontar uma ocorrência comum nas produções discursivas, em que é usada uma marcação masculina em sentido genérico e, logo em seguida, usa-se uma marcação masculina ou feminina referindo-se exclusivamente a um dos sexos/gênero – caso chamado de salto semântico, que tem sua definição atribuída a Álvaro García Meseguer<sup>2</sup>, comumente empregada. No aspecto gramatical, essa construção incorre ao erro anafórico, logo que não permite à interlocutora ou interlocutor estabelecer uma relação semântica coordenada entre os elementos citados. É o caso de “os alunos tiveram prova, e as meninas foram bem”. Mas, além da incorrência morfossintática, o salto semântico, num contexto patriarcal, comumente opera como um marcador de estereotipia.

Nesse caso, o discurso orienta a um sentido que condiciona comportamentos, ações ou espaços tipicamente masculinos e femininos, reforçando estereótipos geralmente sexistas. Entre os diversos espaços que essas ocorrências se manifestam, destaca-se o das profissões, como em “os médicos e as enfermeiras fazem parte do hospital”. Partindo da noção de gênero neutro, e limitando a interpretação somente a essa estrutura gramatical – sem considerar fatores contextuais externos ao dito –, pode-se pensar que o hospital é composto somente por profissionais de medicina do sexo masculino e profissionais de enfermagem do sexo feminino. Esse aspecto é corroborado pela própria definição contida nos dicionários. Neles, a de “homem” carrega conotações que ensejam características e adjetivos altamente valorizados, como força, coragem, determinação. Já a de “mulher” costuma ser relacionada às atribuições de beleza, sensibilidade, fragilidade, fraqueza, aspectos estes que também são reforçados nos usos da

linguagem, como no emprego de adjetivações femininas com o intuito de ofender (por exemplo, coisas de mulher, mulherzinha, etc.).

Porém, assumindo uma análise semântica da sentença, ela é construída pela ideiação de que há profissões de homens e outras de mulheres, de forma que mesmo havendo enfermeiros no hospital, o exercício da enfermagem é atribuído às mulheres. Nesse caso, somando às informações históricas e sociais, traça-se uma relação que caracteriza mulheres como aptas ao trabalho dos cuidados, hierarquicamente respondendo aos homens.

Para compreender o salto semântico contido no trecho exemplificado, indica-se que alguns universos sociais, como o do trabalho, são construídos e constantemente reforçados, por meio da linguagem, como pertencentes ao homem e à mulher. Em geral, as profissões que estão associadas à força física, liderança e poder são tidas como masculinas, como Engenharias, Medicina, Tecnologia da Informação. Já aquelas relacionadas aos cuidados ou educação são tidas como femininas, por exemplo, enfermagem, docência, fisioterapia.

Dessa forma, confrontando a noção de que a marcação de gênero tem uma função acessória à língua – distinguindo macho e fêmea, necessitando de uma distribuição substantiva em dois gêneros a fim de distinguir homônimos, marcar ou destacar ortografias, indicar grandezas relativas e relações de derivação, por exemplo – sendo, apenas, uma designação menor dentro da complexidade da estrutura linguística (DUMÉZIL, LÉVI-STRAUSS, 1984), então, dada a constituição estrutural do português brasileiro, a desinência de gênero opera como o conector discursivo, mantendo a coesão linguística e marcando também os diferentes interlocutores (CORBET, 1991), ou seja, o marcador de gênero funciona como um operador desambiguador, designando o sexo/gênero por evocar os sujeitos do discurso. O que parece ser uma questão puramente morfossintática, assume e emana seu caráter dialógico – portanto, não se pode analisar as estruturas deslocando o aspecto social intrínseco.

Por fim, destaca-se que a própria língua contempla recursos capazes de fazer as/os falantes desviarem de tais reproduções enunciativas machistas, como o uso intencional da dupla designação de gênero, como “bom dia a todas e a todos” ou “as alunas e os alunos”. Portanto, defende-se que não é necessária uma modificação profunda na língua, bastando utilizar o que ela já oferece para demarcar o local de existência das mulheres.

## **OS RECURSOS LINGUÍSTICOS PARA UMA LINGUAGEM NÃO SEXISTA**

O português, assim como outras línguas, não somente oferta a possibilidade de a/o falante selecionar o gênero de designação empregado, mas impõe essa escolha, quando “por exemplo, o falante tem de escolher entre masculino e feminino, ainda que o sexo do referente não seja conhecido” (CORBETT, 1991, p. 5), o que ocorre em construções feitas com pronomes indefinidos e interrogativos.

A partir disso, Greville Corbett (1992, p. 220) questiona: “O uso do masculino funciona? Isto é, o interlocutor entende que o referente pode ser tanto uma mulher quanto um homem?”. Ainda que seja amplamente conhecido e defendido por muitas e muitos linguistas, assumindo uma perspectiva político-feminista e semântico-posicionada, há uma nebulosidade nos usos, levando a um apagamento das mulheres ou mesmo a uma confusão em relação às intenções de quem fala –

se pretende empregar o masculino como denotador genérico (designando todas as pessoas) ou exclusivo (designando apenas os homens).

Diante desses levantamentos, apontam-se recursos presentes e consolidados na língua para que mulheres estejam visíveis e referidas na linguagem, não sendo negado que, no plano estritamente gramatical, estes são tidos como redundância<sup>3</sup>, mas que numa perspectiva social da língua, sobretudo na ótica feminista, esclarecem realidades.

Estas escolhas operam como uma intervenção linguística no plano lexical, que mobiliza uma opção ideológica e consciente de empregar termos e construções, recorrendo aos elementos já presentes no português, numa esfera de resignificação e valorização. Entre essas práticas, observa-se, por exemplo, a colocação do sujeito gramatical feminino na frente do masculino (as alunas e os alunos); uma generalização no feminino para referir à humanidade (as usuárias das redes sociais); ou a adoção de genéricos reais ou termos abstratos (como as crianças, em vez de meninos e meninas; o corpo docente, em vez de professores e professoras, respectivamente).

Enquanto esta última escolha neutraliza a hierarquia patriarcal presente na relação linguagem-sociedade, as duas primeiras exaltam, reafirmam e reforçam a presença das mulheres, colocando-as como prioridade e exercem um papel de reafirmação de suas existências perante um histórico de apagamentos e opressões, sendo um uso linguístico pautado no posicionamento ideológico.

Destaca-se que esse movimento de resignificação da língua e que evidencia o aspecto sexista dela não é exatamente novo. A Lei nº 2.749/1956, sancionada por Juscelino Kubitschek, denota essa movimentação e primeiros olhares para a questão em relação à atuação profissional pública: o emprego do nome do cargo público deve acolher e acompanhar o sexo do funcionário ou da funcionária.

Outro episódio bastante significativo, e mais recente, na reflexão linguística foi a aprovação da Lei nº 12.605/2012, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff: “instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido”.

Esses casos denotam, de forma evidente, como a língua e a linguagem são atravessadas e atravessam aspectos políticos, sociais, culturais, devendo haver um olhar cuidadoso que ultrapassa as consagradas acomodações gramaticais, conseqüentemente, resultam na materialização da mulher enquanto sujeito do discurso e, indissociavelmente, da sociedade.

## **O TRABALHO E O GENÉRICO MASCULINO**

Historicamente, as mulheres são excluídas da esfera social pública, impedidas de exercer profissões e adentrar o mundo do trabalho produtivo – aquele que envolve remuneração e, em geral, demanda um contrato entre empregado(a) e empregador(a) (HIRATA; KERGOAT, 2007). Porém, recobrar os passos das mulheres nessa esfera exige um tecer cuidadoso e interseccional, de modo que não se incorra a uma falsa uniformização das mulheres, como se elas pudessem ficar livres de outras opressões, como as de raça e classe social.

Construiu-se uma noção de que as atividades de cuidado desempenhadas na esfera privada não são, de fato, trabalho, mas sim, atividades desempenhadas pelo instinto materno, afetivo e sensível, próprio das mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007; LERNER, 2020). Por outro lado, os homens seriam, pela lógica patriarcal, naturalmente pertencentes à esfera pública, tidos como mantenedores do lar por meio do trabalho produtivo.

Quanto à esfera produtiva, ainda que os avanços das lutas feministas tenham, forçosamente, obtido o direito ao trabalho, ainda se observa uma intensa segregação a partir da noção de sexo/gênero no campo profissional, o que assegura a base material do patriarcado (HARTMANN, 1979).

Há áreas percebidas como femininas e outras, como masculinas, e mesmo quando uma mulher atua profissionalmente em qualquer uma delas, seu trabalho tende a ser minimizado com base na discursivização da referência masculina, ou seja, desvalorizado apenas por ser feito por uma mulher. Sobre isso:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. [...] Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Assim, elevada taxa de informalidade, salários desiguais, cobranças excessivas e precarização das condições de trabalho são algumas das condições que marcam a trajetória feminina na esfera do trabalho (FEDERICI, 2019; HARTMANN, 1979; HIRATA; KERGOAT, 2007).

No cerne dessa composição orquestrada pela regência patriarcal, é necessário afirmar que essas atividades desenvolvidas pelas mulheres no âmbito doméstico e familiar são trabalho não remunerado, gratuito, não valorizado e transformadas “em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado” (FEDERICI, 2019, p. 42).

A profissionalização – entendida como a especialização para exercer determinada atividade de trabalho – é também um espaço de status e expressão de poder, em que se reflete a atribuição de características ditas femininas e masculinas – então, considerando que tanto essas atribuições femininas quanto a própria noção de mulher são assumidas como negativas, a feminilização das profissões pela força do discurso resulta em um molde sexista do mercado de trabalho, em que elas ficam, pelo poder simbólico, coagidas a determinadas profissões e trabalhos, ao mesmo tempo que essas atividades são assumidas como hierarquicamente inferiores e desprestigiadas, mesmo quando homens as exercem (FEDERICI, 2019).



## O GÊNERO DO MERCADO DE TRABALHO: OS ANÚNCIOS DE VAGAS

As mulheres estudam, em média, mais do que os homens, ainda assim, elas ainda ocupam, no mercado de trabalho, cargos de menor posição hierárquica em relação aos colegas homens com a mesma formação e capacitação, como também os salários para os mesmos cargos e atribuições dos profissionais do sexo masculino tendem a ser menores<sup>4</sup>.

Apesar de as desigualdades no mercado de trabalho entre os sexos/gêneros terem reduzido nos últimos anos, ainda é expressivo o abismo das oportunidades entre ambos. Dados do *World Economic Forum* de 2020 indicam que o Brasil ocupa a 92ª posição e estimam que uma realidade de plena igualdade de trabalho só seja alcançada em cerca de 100 anos. Mesmo sabendo das mudanças sociais, que amplificam os debates sobre os estereótipos de gênero, ainda são fortes os discursos que mantêm – e mais do que isso, também reforçam – o status quo, afastando uma parte significativa das mulheres desse campo de atuação (SANTOS; CARVALHO; BARRETO, 2021).

As mulheres ainda são minoria entre profissionais e discentes da área tecnológica, incluindo a Tecnologia da Informação (SANTOS; CARVALHO; BARRETO, 2021). A baixa participação feminina na área se dá por condições sociais históricas, que se repetem e reforçam que o campo é masculino e não compatível com as supostas características femininas. Em relação aos usos linguísticos, ainda que o gênero gramatical da Tecnologia da Informação seja feminino, com o artigo feminino “a TI”, o campo profissional é socialmente envolvido por uma associação masculina.

Já em relação à Pedagogia, o processo histórico de consolidação da área resultou em uma associação da área às mulheres e suas supostas características como sensibilidade, amor, delicadeza e senso maternal ao lidar com crianças (BELO; CAMINO, 2012), resultando em um predomínio de mulheres nos cursos de formação, bem como no campo profissional. Do total de profissionais que exercem a profissão, a maioria das mulheres ocupa posições voltadas à educação infantil, o que está atrelado à ideia de cuidados com as crianças (CASTRO, SANTOS, 2016).

Os anúncios selecionados trazem essas marcas de gênero, conforme de observa no Anúncio 1 (Tecnologia de Informação):

Buscamos talentos! Desenvolvedor PHP ou ASP. O Desenvolvedor PHP ou ASP irá atuar em toda a rotina pertinente à área.

O profissional deverá ter conhecimento de PHP ou ASP, My SQL, HTML, CSS e JavaScript, além de inglês técnico. **O novo colaborador** deverá apresentar postura proativa e ter facilidade para trabalhar em equipe.

O anúncio 1 inicia com a referência de sujeito empregando um termo de dupla designação e sem marcação de gênero. “Talentos”, em um primeiro momento, faz uma alusão às mulheres e aos homens, sendo necessário o uso do artigo para a singularização ou especificação. No entanto, destacam-se o uso dos termos “o desenvolvedor”, “o profissional” e “o novo colaborador”, todos marcados no masculino.

Ainda que possa haver o emprego da vogal temática /o/ como recurso de neutralidade – o que admite, para a vaga, também profissionais mulheres –, é

preciso recorrer aos elementos contextuais para apreender os sentidos que são elencados.

A área de Tecnologia da Informação é majoritariamente ocupada por homens – no ano de 2019, cerca de 70% do mercado de trabalho era composto por homens (SANTOS; CARVALHO; BARRETO, 2021) –, bem como as de exatas e tecnologia em geral.

Ainda que se observe um movimento de inserção das mulheres nos cursos e no mercado de trabalho, ainda há uma resistência social à mudança. Para aquelas que ingressam na profissão, as estruturas machistas tendem a gerar ambientes conflitantes e bastante opressivos, marcados por baixa contratação pelas empresas, intensa deslegitimação dos conhecimentos e capacidades, além de salários desiguais entre profissionais homens e mulheres com as mesmas atribuições.

Diante dessa desigualdade amplamente observada e constatada por pesquisas e levantamentos, cria-se uma noção de espaços inóspitos às mulheres, mesmo àquelas que optam pela carreira em TI. A utilização do masculino com função de neutralização, englobando mulheres entre os talentos pretendidos, reforça a noção de um espaço não pertencente às profissionais.

O Anúncio 2 (Tecnologia da Informação), por sua vez, carrega elementos que fazem a marcação neutra do gênero por meio de escolhas lexicais já consolidadas na língua portuguesa:

Procuramos **uma pessoa** Engenheira de Dados para o nosso ninho! Se você curte um ambiente descontraído, se comunica com facilidade, gosta de trabalhar com autonomia e topa o desafio de iniciar a área de engenharia de dados... SEU LUGARZINHO É AQUI!

Mas se sente que não é a sua vaga ideal, marca **alguém** que possa gostar dessa oportunidade!

O emprego dos termos “uma pessoa engenheira” e “marca alguém” sem que sejam seguidas de marcadores masculinos gera efeitos de sentido abrangentes. Ainda que o contexto social patriarcal seja o mesmo no anúncio 1 e 2, logo que ambas as vagas são do mesmo ano e localizadas no Brasil, o segundo optou por uma construção linguística que não recorre aos padrões sexistas da gramática, ainda que as mulheres não estejam explicitamente citadas.

No Anúncio 3 (Tecnologia da Informação), a primeira escolha lexical de destaque é “profissionais”, grafada sem o artigo marcador, englobando homens e mulheres; seguindo com o emprego de “nosso time de Desenvolvimento”, que opera como um genérico em seu emprego mais verídico, logo que borra qualquer referência às pessoas enquanto sujeitos, referindo ao grupo sem referência masculina ou feminina:

Procuramos **profissionais** para fazer parte de nosso time de **Desenvolvimento**, que sejam **criativos, proativos**, flexíveis, **organizados** e **comprometidos**. Necessário: Conhecimento sólido na IDE Borland Delphi, SQL, orientação de objetos.

O texto suscita uma tentativa de borrar as referências aos homens ou mulheres, o que abre duas possibilidades: a continuidade do apagamento das mulheres na área de TI ou a neutralização dos homens, criando espaços abertos e convidativos a ambos os sexos/gêneros. Porém, o texto segue com cinco características requeridas para a vaga (criatividade, proatividade, flexibilidade, organização e comprometimento), sendo quatro delas com marcação de gênero no masculino e uma que não flexiona (flexíveis), o que confronta a articulação da neutralização do gênero gramatical. Destaca-se que assumir o referente homem e o emprego do masculino como equivalente ao todo, à humanidade, incorre à assimilação da mulher como o outro em relação ao sujeito homem, centralizando este como o referente e colocando-a como oposto, já que “não sabemos se atrás da palavra homem se está pretendendo englobar as mulheres. Se for assim, elas ficam invisíveis e se não for assim, ficam excluídas” (MEANA, 2004, p. 25).

Os anúncios da área de Pedagogia também trazem marcadores linguísticos de gênero, mas claramente diferem dos anteriores. O Anúncio 1 (Pedagogia) se refere a um estágio e opta por uma construção não marcada no sujeito – “estágio” em vez de “estagiário” ou “estagiária”, abrindo os sentidos para a aplicabilidade de mulheres e homens. No entanto, a profissão docente é considerada como feminina:

Estágio na área de pedagogia. Irá auxiliar a professora no cumprimento do plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola, auxiliando nas atividades lúdicas e recreativas realizadas em sala de aula com os **alunos**.

Destacam-se duas marcações feitas no texto, que são em “a professora” e “os alunos”, emprego denominado salto semântico e estereotipização (CALERO, 1999). Ainda que possa haver uma equipe docente composta unicamente por professoras, o genérico masculino nesse caso não foi adotado, recorrendo ao salto semântico. Pela historicidade da profissão, ela continua sendo vista socialmente como uma função feminina, ligada aos cuidados e à educação, sobretudo quando relacionada à das crianças (CASTRO; SANTOS, 2016) – sendo este o caso, indicado pelas marcas de “atividades lúdicas” que são próprias da educação infantil. Empregou-se, todavia, marcar os/as estudantes como “os alunos”, agora assumindo uma generalização pelo masculino neutro, o que reforça o salto semântico realizado na escolha lexical anterior. Pode-se assumir que a opção pelo “os” estudantes se dá pela noção de que se trata, efetivamente, de um uso generalizante – se houvesse o emprego de “as alunas”, o sentido construído pelo autor do texto seria de que quem fosse contratada ou contratado cuidaria estritamente de meninas.

No Anúncio 2 (Pedagogia), destaca-se a marcação no feminino dos termos “professora” e “interessadas”:

VAGA: **Professora** Auxiliar Educação Infantil (0-3 anos).  
NECESSÁRIO: Magistério completo ou Cursando Pedagogia  
**Interessadas** encaminhar curriculum para [...] tendo como assunto: VAGA **PROFESSORA** AUXILIAR

Nesse caso, o enunciado traz explicitamente a exigência do gênero da profissional, evocando a predileção por docentes mulheres ou o emprego do salto semântico, considerando a atribuição da pedagogia como um campo feminino ou com predomínio de mulheres (CASTRO; SANTOS, 2016). Em ambos os casos, ocorre uma discriminação com base em gênero, logo que não há impossibilidades biológicas que justifiquem a não contratação de um homem como professor infantil.

Quando é necessário marcar ou indicar sujeitos, ocorre geralmente um uso que tende à generalização no masculino para as profissões que são, na lógica patriarcal e sexista, tidas como pertencentes ao universo dos homens (o engenheiro, o médico), mas aplica-se uma ação inversa nas profissões consideradas da esfera da mulher, recorrendo-se à marcação feminina (as enfermeiras, as pedagogas) – estas, relacionadas aos cuidados, ao trabalho doméstico ou que denotam posições hierarquicamente subordinadas.

Assim, se o genérico masculino fosse de fato uma escolha arbitrária ou uma desinência neutra, a vogal temática /o/ seria usualmente empregada em ambos os casos.

No Anúncio 3 (Pedagogia), verificam-se elementos lexicais que englobam homens e mulheres estudantes de Pedagogia. É usada a construção “vaga para estágio” em vez de “vaga para estagiário/estagiária”, ainda que gramaticalmente a construção exigisse o emprego desta última opção:

Tenho vaga para estágio em Pedagogia - trabalhar com inclusão escolar!  
**Quem** tiver interesse, favor enviar o currículo [...]  
Assunto: ESTÁGIO PEDAGOGIA  
Obrigada!

Utiliza-se o sujeito indeterminado “quem” sem outro elemento combinatório que exija a concordância de gênero, o que mantém a abrangência da construção. Diferente do Anúncio 2 (Pedagogia), este orienta que o assunto do e-mail deve ser “estágio pedagogia”, em referência à vaga.

Apesar de os demais anúncios não conterem essa marca linguística, o 3 apresenta ainda “obrigada”, que pela norma padrão é empregada quando uma mulher agradece, seja a um ou a uma interlocutora. Ainda que não seja uma condicionante, o fato de o discurso ser produzido por uma mulher pode indicar um cuidado com a não marcação ou singularização do gênero, visto que são as mulheres, em luta pela equidade social, as mais propensas a dar atenção às questões de não sexismo.

Considerando que a linguagem não se desatreia das dinâmicas sociais e, mais do que compor uma mera narrativa, ela se refere às pessoas, constrói existências e compõe representações de sujeitos, de outros e do mundo, não se pode incorrer à mera função gramatical das desinências de gênero no que se refere às e aos sujeitos do discurso. Nesse sentido,

como produtores estamos diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar um significado por meio de palavras, e como intérpretes sempre nos confrontamos com decisões sobre como interpretar escolhas que os produtores

fizeram (que valores atribuir a elas) (FAIRCLOUGH, 2003, p. 22).

Portanto, a escolha, seja intencional ou por força da tradição, de apagar a existência de uma ou mais mulheres em detrimento da presença de um ou mais homens incorre ao entendimento daquelas enquanto sujeito como uma variação deste, posicionando o gênero masculino em situação privilegiada. Dessa maneira, não somente ligada à organização morfossintática, pois muito se relaciona aos aspectos sociais assumidos e perpetrados na sociedade patriarcal, em que a mulher é o outro (RICH, 1983; CALERO, 1999; MEANA, 2004).

A linguagem colocada em uso assume função articuladora das relações sociais, que expressam dinâmicas de poder. Referindo-se aos sujeitos, ela se incube de forjar os espaços de atuação e existência de mulheres e homens, designando ao mesmo tempo sujeito e mundo, numa relação mútua de co-construção.

O corpus analisado constitui uma pequena amostra sobre as construções linguísticas referentes aos campos profissionais socialmente designados como masculinos e femininos, que são a Tecnologia da Informação e a Pedagogia.

Observou-se que em relação à TI, dois dos três enunciados fazem uso do masculino/masculino genérico, indicando (I) uma preferência por profissionais homens ou (II) o uso generalizante da marcação /o/, referindo-se aos homens e às mulheres. Porém, como o campo da tecnologia é socialmente assumido como masculino, havendo um predomínio de estudantes e profissionais homens, essas marcações reforçam uma noção opressora e excludente. Já em relação ao Anúncio 2 (Tecnologia de Informação), as construções abrangem mais explicitamente homens e mulheres, apesar de não haver a utilização de marcas linguísticas femininas – mas já é o suficiente para tornar o discurso mais convidativo às profissionais, construindo sentidos sobre um ambiente de trabalho possivelmente mais atento a essas questões de desigualdade e exclusão da mulher.

Em relação à Pedagogia, é prevalente o emprego de generalizantes femininos e a ocorrência de saltos semânticos – aquele primeiro se relaciona mais com os estereótipos sexistas das profissões, sendo da esfera feminina os cuidados com crianças e com a educação, do que de fato à uma valorização da marcação feminina – fato esse exemplificado pelo uso concomitante de “professoras” e “alunos” no anúncio 2. Nessa vinculação, dá-se um processo histórico que associa mulheres à fragilidade e delicadeza, bem como à maternidade, características valorizadas para um trabalho que exige atenção e cuidado com crianças.

Essas noções são reforçadas a cada nova produção discursiva carregada de sexismos e opressões às mulheres. Norman Fairclough (2003) aponta que é pelo discurso que se mantêm estruturas de dominação e ideologias e que se estabelecem as relações sociais. Dessa forma, a dinâmica social não se desvincula dos discursos, manifestados entre outras coisas pelos textos. Reforçando que, segundo as premissas dos estudos discursivos, o sentido não decorre do fato de as palavras já conterem um prévio significado, mas sim de uma complexidade de interações e composições linguísticas e sociais que estão, invariavelmente, associadas aos processos históricos-ideológicos.

Dentro da amostragem analisada, mesmo havendo a presença de um anúncio de TI e, também, um de Pedagogia com recursos gramaticalmente neutros, a

quantificação aliada ao contexto machista do mercado profissional evocam uma permanência sexista nos discursos, que tendem a manter as estruturas sociais patriarcais. O uso intencional e ideologicamente posicionado de construções efetivamente neutras – como recorrendo ao emprego de “pessoas engenheiras” ou “procuramos profissionais” – evoca uma interação política com o uso da língua e da linguagem, levando “à denúncia dos efeitos sociais e ideológicos do uso de formas linguísticas (lexicais e morfológicas) que reproduzem e reforçam representações preconceituosas das relações de gênero na sociedade” (ZOPPI-FONTANA, 2015, p. 226-227).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção discursiva não se finda no dito, naquilo que é verbalmente enunciado, pois o discurso mobiliza o ato – ou seja, o aqui e o agora – do dizer, e também um contexto sócio-histórico mais complexo. Portanto, ao fazer a análise dos enunciados coletados, deu-se espaço para um olhar crítico aos efeitos ideológicos que as mobilizações linguísticas produzem, reforçando bases patriarcais que regem as normas da sociedade e, conseqüentemente, também da língua/linguagem.

A presença de construções não marcadas ou neutras ressalta que as questões de inclusão permeiam, em maior ou menor intensidade, o mercado de trabalho e têm ganhado mais espaço nos tempos recentes. Constatou-se que as marcações neutras são opções cada vez mais presentes em textos institucionais ou corporativos, produzindo sentidos sobre a relevância da pauta.

Sobre essas táticas linguísticas, destaca-se que são mobilizações que não exigem mudanças morfossintáticas na língua, exigindo de modo geral apenas algumas escolhas mais cuidadosas ao enunciar. Mas, ainda que desempenhe um papel importante para fomentar debates sobre o sexismo gramatical, tal recurso pode incorrer ao erro de manter o apagamento de mulheres, sobretudo quando as naturalizações opressoras não são cuidadosamente revisitadas.

Portanto, insistir na marcação do feminino é projetar e visibilizar, pura e intencionalmente, as mulheres em seus espaços de direito. Ainda que se possa defender a suposta redundância em empregar a dupla marcação de gênero linguístico, a ocorrência de saltos semânticos evidencia que, sob a abrangência de se referir ao feminino e ao masculino, o genérico masculino é marcado por práticas sociais opressoras e excludentes. O salto semântico pode, então, ser compreendido como uma mais sutil e complexa ideiação sexista, logo que desfazê-lo requer uma mudança das bases comumente solidificadas sobre os papéis e espaços de homens e mulheres, não bastando apenas uma revisão ou mudança linguístico-textual.

Por fim, sendo que a língua/linguagem reflete os valores sociais e históricos, não podendo ser desvinculada dos valores dominantes, os enunciados coletados demonstram que a realidade das mulheres, sobretudo no mercado de trabalho, ainda é permeada de lutas antigas, como exclusão e apagamentos, mas também carregam movimentos sociais e linguísticos preocupados em transformá-la, considerando sua dimensão política, linguística, material e simbólica.

## Arbitrariedades of the patriarchy: the put of women by the generic masculine

### ABSTRACT

Considering the patriarchal basis that sustain the society requires attention to the use of language and to reflect about it not as a simple given fact, neutral and arbitrary. As it said, this article proposes a discussion about grammatical sexism, regards the use of the generic masculine in Brazilian Portuguese. In this scenario, statements of jobs vacancies are collected in areas of Pedagogy and Information Technology, seeking to identify which effects of meaning result from the organizations and from the grammatical choices present, using the Discourse Analysis based in Norman Fairclough (2003; 2019). Although there are linguistic research lines that defend neutrality of the generic masculine, as a simple arbitrary choice and as nothing related to human genders, this choice is not detached from the social historic that rape, put out and oppress women. The non-use of a including language reinforces violence and do not consider that the Brazilian Portuguese language offers resources to avoid the grammatical sexism.

**KEYWORDS:** Patriarchy. Discourse Analysis. Grammatical Sexism. Generic masculine.

## Arbitrariedad del patriarcado: el silenciamiento de la mujer por el masculino gramatical

### RESUMEN

Considerar los fundamentos patriarcales que sustentan la sociedad requiere mirar los usos del lenguaje y pensarlo no como un hecho dado, neutral y arbitrario. Por lo tanto, este artículo propone un debate sobre el sexismo gramatical con relación al uso del masculino gramatical en el portugués brasileño. En este sentido, se recopilan anuncios de trabajo de Pedagogía y Tecnologías de la Información, buscando qué efectos de significado resultan de las organizaciones y opciones gramaticales presentes, a la luz del Análisis del Discurso del Norman Fairclough (2003; 2019). Aunque hay líneas lingüísticas que defienden una neutralidad del genérico masculino, como una simple elección arbitraria y que nada tiene que ver con los géneros humanos, esta elección no está desvinculada de la historia social que viola, borra y oprime a las mujeres. La falta de uso de un lenguaje inclusivo refuerza la violencia y desconoce que la lengua portuguesa ofrece recursos para evitar el sexismo lingüístico.

**PALABRAS CLAVE:** Patriarcado. Análisis del Discurso. Sexismo grammatical. Masculino gramatical.

## NOTAS

<sup>1</sup> Por exemplo, Calero, 1999; Piscitelli, 2002; Crawford, 2001, entre outras.

<sup>2</sup> Salto semântico. Disponível em: <https://www.sexismoylenguaje.com/el-salto-semantic>. Acesso em: 20 set. 2021.

<sup>3</sup> Argumentos favoráveis ao genérico masculino apontam que dentro de “todos” já estaria englobado o “todas”, por exemplo, logo, seria redundante a dupla marcação temática.

<sup>4</sup> Dados do IBGE, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>. Acesso em: 16 nov. 2021.

## REFERÊNCIAS

BELO; CAMINO. Trabalho e gênero: elaborações discursivas sobre os papéis profissionais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2012, vol. 15, n. 2, p. 271-286.

BORGES, Jorge. Sobre línguas, mundos, gêneros etc. In: BRUNELLI, A. F.; MUSSALIM, F.; FONSECA-SILVA, M. C. (Eds.). **Língua, texto, sujeito e (inter)discurso**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2013. p. 129–140.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Caro Colega: Exclusão linguística e invisibilidade. **Discurso & Sociedad**, v.1, n.2, 230-246, 2007.

CALERO, Maria Luisa. Del silencio al lenguaje (Perspectivas desde la otra orilla). In: **En femenino y en masculino**. Madrid: Instituto de la Mujer, 1999.

CASTRO, Roney Polato de; SANTOS, Vinícius Rangel dos. Relações de gênero na Pedagogia: concepções de estudantes homens. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 7, n. 1, p. 53-76, jan./jun. 2016.

CMCORP SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA. **Buscamos talentos! Desenvolvedor PHP ou ASP [...]**. 18 set. 2013. Facebook, CMC Corp Soluções em Informática. Disponível em: <https://www.facebook.com/cmcorp/photos/a.270072253112466/437439666375723>. Acesso em: 30 set. 2021.

CORBETT, Greville. **Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

CRAWFORD, Mary. Gender and language. In: UNGER, Rhoda (Ed.). **Handbook of the psychology of women and gender**. Nova York: Wiley, 2001. p. 245-255.



DUMÉZIL, Georges; LÉVI-STRAUSS, Claude. **Féminisation des titres et des fonctions**. [online] 2014. Disponível em: [https://www.academie-francaise.fr/sites/academie-francaise.fr/files/feminisation\\_2014.pdf](https://www.academie-francaise.fr/sites/academie-francaise.fr/files/feminisation_2014.pdf). Acesso em: 30 set. 2021.

ESTÁGIO PEDAGOGIA – BH. **Tenho vaga para estágio em Pedagogia - trabalhar com inclusão** [...]. 22 nov. 2021. Facebook, Estágio Pedagogia – BH. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/534061210013992/posts/4544751562278250/>. Acesso em: 31 set. 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. **Reasoning: critique, explanation and action**. Policromias. Dez. 2019, Ano IV.

FAIRCLOUGH, Norman. **CDA as Dialectical Reasoning: critique, explanation and action**. Policromias. Dez. 2019 Ano IV.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como Método em Pesquisa Social Científica. Tradução de Iran Ferreira de Melo. In: **Linha d'Água**, n. 25 (2), p. 307-329, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. New York: Longman, 2003.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FEEDZ. **Procuramos uma pessoa Engenheira de Dados para** [...]. 11 maio 2021. Facebook, Feedz. Disponível em: <https://x.facebook.com/FeedzOficial/photos/a.195031514433889/822245345045833/?type=3&source=48>. Acesso em: 29 out. 2021.

GARCIA, Dantielli Assumpção. Sexismo linguístico e o processo de manualização: a presença do feminino e da mulher na língua. **Fragmentum**, n. Especial. Jul./Dez. 2018.

GUISONI, Raquel. **Gênero**. [online]. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2007/03/30/genero-artigo-de-raquel-guisoni/>. Acesso em: 30 out. 2021.

HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of marxism and feminism towards a more progressive union. In: **Capital & Class**. 1979. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4079326/mod\\_resource/content/1/Heidi%20Hartmann%20unhappy%20marriage%201979.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4079326/mod_resource/content/1/Heidi%20Hartmann%20unhappy%20marriage%201979.pdf). Acesso em: 30 out. 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

LERNER, Gerda. **A Criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. SP: Editora Cultrix, 2020.

LURAGHI, Silvia. The origin of the Proto-Indo-European gender system: Typological considerations. **Folia Linguistica**, v. 45, n. 2, jan. 2011.

MÄDER, Guilherme. **Masculino genérico e sexismo gramatical**: Dissertação (Mestrado em linguística). 2015 – Universidade Federal de Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

MEANA, Teresa. **Porque las palabras no se las lleva el viento... Por un uso no sexista de la lengua**. [online], 2004. Disponível em: [https://xenero.webs.uvigo.es/profesorado/teresa\\_meana/sexismo\\_lenguaje.pdf](https://xenero.webs.uvigo.es/profesorado/teresa_meana/sexismo_lenguaje.pdf). Acesso em: 30 out. 2021.

Pedagogia | Vagas de Emprego e Estágio. **Estágio Na Área De Pedagogia - Porto Alegre - RS - Estágio na área de pedagogia [...]**. 7 jul. 2019. Facebook, Pedagogia | Vagas de Emprego e Estágio. Disponível em: <https://www.facebook.com/vagas.estagio.pedagogia.emprego/posts/pfbid037rUDD9i8przTrY8ZKghXREpjsKWnGontZxPcAww5aEQZdzizAGS2LotQSg3xsyFkl>. Acesso em: 30 out. 2021.

PROFESSORA Educação Infantil - Período Integral. **Indeed**, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://br.indeed.com/q-professor-educacao-infantil-l-curitiba,-pr-vagas.html?vjk=5f1a96d255b8d8c>. Acesso em: 30 out. 2021.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002. p. 7-42.

POSSENTI, Sírio. Uma questão de gênero. In **Estudos da Língua(gem)**, v. 5, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1045/893>. Acesso em: 20 out. 2021.

SANTOS, Vívian Ludimila Aguiar; CARVALHO, Thales Francisco Mota; BARRETO, Maria do Socorro Vieira. Mulheres na Tecnologia da Informação: Histórico e Cenário Atual nos Cursos Superiores. In: **women in information technology (wit)**, 15, 2021, Evento Online. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 111-120.

RICH, Adrienne. **Sobre mentiras, secretos y silencios**. Barcelona: Icaria Editorial, 1983.

VAGA de Analista Desenvolvedor Sistemas. **Catho**, 2 abr. 2019. Disponível em: [https://www.catho.com.br/vagas/analista-desenvolvedor-sistemas/2264647/?origem\\_apply=vagas-similares&entrada\\_apply=direto](https://www.catho.com.br/vagas/analista-desenvolvedor-sistemas/2264647/?origem_apply=vagas-similares&entrada_apply=direto). Acesso em: 30 out. 2021.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2020**. Disponível em: [https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GGGR\\_2020.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2020.pdf). Acesso em: 25 out. 2021.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Graciela. Língua oficial e políticas públicas de equidade de gênero. **Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas, n. 36, julho/ dezembro, p. 221-243, 2015.

**Recebido:** 06/12/2022

**Aprovado:** 16/03/2023

**DOI:** 10.3895/cgt.v16n47.16185

**Como citar:** CORDEIRO, Ana Luiza; LUZ, Nanci Stancki da. Arbitrariedades do patriarcado: o apagamento da mulher pelo genérico masculino. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 206-234, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

